

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A (SUB)REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES BRASILEIRAS NA CIÊNCIA: UMA
HISTÓRIA DE SUCESSO?

Maria Nair Rodrigues Salvá (UNIGRANRIO) - mnairrodrigues@yahoo.com.br

Bacharel em Direito e doutoranda em Administração (UNIGRANRIO)

Renan Gomes de Moura (UNIGRANRIO) - renangmoura@gmail.com

Administrador e Doutorando em Administração (UNIGRANRIO)

Rejane Prevot Nascimento (UNIGRANRIO) - rejaneprevot@uol.com.br

Doutora em Engenharia de Produção e Professora no Programa de pós-Graduação em Administração da UNIGRANRIO

A (Sub)Representação Social das Mulheres Brasileiras na Ciência: Uma História de Sucesso?

Resumo: O presente ensaio teórico tem como objetivo relacionar a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici, à carreira docente, a fim de analisar os processos socioculturais que constituíram a atual representação social das mulheres no campo científico no Brasil. A utilização da TRS no presente estudo tem a finalidade de buscar identificar, através dos conceitos nela prescritos, os estereótipos que apontam para a interdependência entre o senso comum e o conhecimento científico que refletem nas práticas e relações dos sujeitos envolvidos no mundo acadêmico e científico, a fim de revelar as páginas obscuras da história que descrevem as (sub)representações sociais das mulheres cientistas no Brasil. Verificou-se que a participação das mulheres brasileiras na ciência está crescendo relativamente rápido em termos de resultados acadêmicos. No entanto, o atual cenário reflete a subrepresentação das mulheres em áreas do conhecimento científico e tecnológico, remetendo a um cenário global de desigualdade de gênero na Academia, seja através do sistema meritocrático de desempenho, de produtividade, de popularidade ou dos papéis de gênero representados na sociedade, moldados pela tradição autoritária do patriarcalismo.

Palavras-Chave: Teoria das Representações Sociais, Representatividade Feminina na Academia, Desigualdade de Gênero.

Introdução

Ao longo da história, os conflitos sociais existentes que contemplam as questões sobre raça, etnia, classe e gênero têm sido amplamente debatidos, no âmbito educacional, através de diversas abordagens críticas. No entanto, por vezes, tais estudos refletem o senso comum da naturalização das diferenças, ocultando e/ou silenciando as relações de poder que constituem a construção social de uma determinada realidade, dentro de uma esfera política e cultural onde prevalecem a hierarquia de poderes, a dominação e a subjugação de minorias menos privilegiadas. Dentre estes estudos, destacam-se os problemas resultantes da interdependência entre as hierarquias sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência.

É importante evidenciar que “os estudos de gênero têm pouca inserção na história das ciências no Brasil” (BITENCOURT, 2008), contudo não se pode excluir, ou invisibilizar cientistas que dedicaram seus trabalhos aos estudos de gênero e sua relação com ciência e tecnologia (CABRAL, 2016), gênero, ciência e educação (BORGES, 2005) e até mesmo pesquisas que culminaram na biografia de mulheres cientistas (SCHWARTZ et al, 2006). Nesse contexto, “gênero” (CARVALHO; CASAGRANDE, 2011, p.21).

Embora haja tensões e debates claros dentro desta aliança, o presente ensaio tem por objetivo relacionar a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, à carreira docente, a fim de analisar os processos socioculturais que constituíram a atual representação social das mulheres no campo científico no Brasil.

As políticas sociais e, em especial, as políticas educacionais implementadas no Brasil, a partir da década de 1920, contribuíram para a intensificação da escolarização feminina, promovendo a mudança do status educacional e profissional da mulher, ainda em curso,

sobretudo as de classe média e alta urbanas, bem como nos estudos de gênero no Brasil (AZEVEDO & FERREIRA, 2006).

Tendo em vista o novo cenário no qual estrutura-se a mulher na sociedade, e com o crescimento da inserção das mulheres no mundo profissional acadêmico e científico, este estudo traz o seguinte questionamento: *se tratando de gênero, será que a naturalização das diferenças existentes entre homens e mulheres na Academia é um modo eficiente de ocultar ou de silenciar as relações de poder que a constitui?*

Para tanto, utilizar-se-á a ênfase dada ao interacionismo simbólico proposto por Moscovici no estudo das simbologias sociais, tanto no nível macro como de microanálise, isto é, das trocas simbólicas desenvolvidas nos ambientes sociais e nas relações interpessoais; e de como esses símbolos influenciam a construção do conhecimento compartilhado, da cultura; a fim de contribuir, através de uma reflexão crítica, na abordagem histórica da participação das mulheres brasileiras na institucionalização e profissionalização da atividade científica no país.

2. Gênero: Uma Categoria Emergente

As questões sobre gênero promoveram debates e produções na comunidade acadêmica, tornando-se objeto de estudo emergente por envolver a história, discursos, relações de poder, a identidade e a diferença dos sujeitos, enquanto construtor social de novas abordagens. (KULNIG, 2007, p. 32).

No que refere ao conceito de gênero, Louro (2008, p. 24) o entende “como constituinte da identidade dos sujeitos”, suas relações interpessoais e hierarquização através da constituição de discursos, suas complexas redes de poder, considerando-se a relevância da discussão sobre a aprendizagem e reprodução de papéis masculinos e femininos na sociedade. Borges & Meyer (2008, p. 16) esclarecem que “o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens”, inclui os processos que produzem, separam, distinguem os corpos dotados de “sexo, gênero e sexualidade”, pois considera que o gênero examinará os processos de construção das distinções biológicas, comportamentais ou psíquicas percebidas entre homens e mulheres.

Tanto Louro (2008) quanto Borges & Meyer (2008) procuram exercitar seu olhar no sentido de verificar que não existe uma análise separada entre homens e mulheres, mas dos sujeitos construídos historicamente através de representações e práticas sociais, respeitando-se à singularidade e o entendimento de que são seres humanos com identidades próprias, mas ligados à construção social.

Através do exposto, é possível compreender que a complexidade das ações inseridas no e pelo corpo e suas diferenças (masculino/feminino), possibilita a análise de sua condição cultural, indicando avanços e ênfases sobre suas trajetórias, remetendo-se ao termo gênero, utilizado como fonte de análise, estudos e discussões sobre o ser humano nos aspectos das diferentes construções históricas enquanto sujeitos.

Nesse contexto, Louro (2008) e Borges & Meyer (2008) afirmam que a trajetória das mulheres no Brasil inicia-se em torno do movimento sufragista, em 1934, através da busca da concessão da extensão do direito de voto às mulheres. Embora houvesse avanços, não se pode afirmar que ocorreram em todas as esferas, pois para Bourdieu (1983) o universo da ciência é supostamente um campo social como outro qualquer, “com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias seus interesses e lucros” (p. 122).

Schiebinger (2001) relata que o desenvolvimento histórico das ciências ocidentais, bem como as noções de feminilidade e masculinidade, modelou os conceitos nos contextos de

produção científica e afirma também que os papéis de gênero influenciaram não apenas a configuração institucional da ciência, mas o próprio fazer científico. Nessa mesma linha de pensamento, Ferrand (1994) afirma que, definir a ciência como estritamente masculino, é uma face da dominação masculina que objetiva tornar esse campo mais restrito às mulheres, tornando-se então um campo de poder.

3.A Inserção Profissional Das Mulheres No Mundo Profissional Acadêmico E Científico No Brasil

As políticas sociais e educacionais implementadas no período de 1920 a 1940 no Brasil, promoveram a intensificação da escolarização feminina, em uma época marcada pela alteração de hábitos e costumes familiares, associada à urbanização e à emergência de um novo estilo de vida burguesa. Tais fatos propiciaram às mulheres de classe média e alta urbano ingresso no mundo do trabalho não doméstico, com ocupação nos setores de produção de bens e serviços (FERREIRA, AZEVEDO, GUEDES e CORTES, 2008).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1940) foi um divisor de águas na história do Brasil, devido às inúmeras alterações que fez no país, tanto sociais quanto econômicas, através da proposta de centralização do Estado. Conforme cita Scott (2004), dentre estas mudanças, está a criação de novas imagens dos elementos que constituem a população brasileira, trazendo uma ressignificação sobre a sexualidade, a formação da família e a domesticidade, fazendo emergir a figura do patriarca como símbolo da integração nacional.

Sobre este aspecto, ressalta Besse (1999) que a realização acadêmica e profissional delegada à pequena elite de mulheres justificava-se tanto pela necessidade econômica, quanto pela utilidade social; ou seja, o estímulo proporcionado às mulheres de ingresso no mercado de trabalho tinha o intuito de aumentar a riqueza nacional, promover a saúde física, a estabilidade social e política da nação. No entanto, somente era legado às mulheres adquirir o conhecimento e a experiência adequados à tarefa que lhes foi concedida: de civilizar, elevar e redimir o mundo, pois, ao homem, cabia a tarefa de transformá-lo. As bases deste sistema educacional foram construídas sob o alicerce da restrição da emancipação intelectual feminina e do fomento à divisão sexual do trabalho para a preservação da hierarquia de gênero, em consonância com o modelo patriarcal de que o país era reprodutor.

Segundo Ferreira et al. (2008), o atual status educacional e profissional das mulheres no Brasil é o reflexo do processo de modernização da sociedade brasileira, operado na era Vargas, ainda em curso, resultando na mudança dos papéis femininos, com a efetiva inserção das mulheres no campo acadêmico e científico.

No entanto, observam os autores que, a partir da década de 1970:

[...] os estudos que investigam as diferenças existentes entre as carreiras científicas de homens e mulheres, registradas pelos estudos que investigam como as relações de gênero influenciam a posição social das mulheres nas ciências – sejam similares àquelas que ocorrem nas demais profissões, e que tais diferenças resultem da interdependência entre as hierarquias sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência (p.44).

Portanto, observe-se que a emancipação feminina que se concretizava no âmbito dos contextos socioculturais do Brasil, a partir da década de 1970, impulsionou o acesso das mulheres às instituições científicas. No entanto, a subordinação social a qual eram submetidas na sociedade brasileira, adentrou as portas do espaço acadêmico e científico, refletida na

assimetria de poderes, com base na subordinação hierárquica da mulher ao homem, caracterizada pela supremacia masculina, com a desvalorização da identidade feminina, atribuindo à mulher a função primordial de ser mãe e esposa.

A redefinição dos papéis sociais femininos na sociedade brasileira, em especial, na Academia, será analisada no contexto da Teoria da Representação Social, de Serge Moscovici. Para tanto, no tópico a seguir será feita abordagem conceitual da referida teoria e sua aplicação dentro do estudo proposto.

4. A Teoria Das Representações Sociais De Serge Moscovici

A Teoria das Representações Sociais, do psicólogo social romeno Serge Moscovici (1928-2014), foi reproduzida nas páginas do livro *La Psychanalyse, sonImage et sonPublic*, publicado em 1976, na França, tornando-se um clássico das ciências sociais e humanas, baseado no conceito das representações coletivas de Émile Durkheim. Através da releitura da obra de Durkheim, Moscovici observa o microcosmo e o macrocosmo do cotidiano sob duas categorias fundamentais que são o tempo e o espaço, estabelecendo seus limites na fronteira da interação social, possibilitando o encontro entre o indivíduo e a sociedade (CASTRO, 2014).

Conforme ressalta Castro (2014):

A dimensão do tempo de Moscovici é dialógica, onde o passado permanece e se reinventa (através do processo de ancoragem) e o presente não se encerra em si mesmo. A afirmação teórica do cotidiano e o estabelecimento de sua centralidade na análise psicossocial provocaram mudanças substantivas na metodologia, na concepção do objeto e na própria definição da psicologia social que prevalecia até então (p. 9).

A Teoria das Representações Sociais foi criada através de um entrecruzamento de ciências, pois caracteriza-se pela transformação do pensamento social e os seus desdobramentos segundo o grupo que fala, envolvendo diversos elementos da psicanálise da França dos anos de 1950 (psicológicos - afetivos, cognitivos, imaginários, fantasmáticos, de memória e outros) e impregnados de conteúdo social (sociológico, histórico, cultural, linguístico entre outros). Trata-se de um fenômeno psicossocial, mesclando o indivíduo e o social, em face da desconstrução da dicotomia indivíduo e sociedade. Tem como objetivo analisar a passagem de um saber dentro do seu próprio domínio, o saber especializado, para o debate na esfera pública, migrando do seu universo específico para o do senso comum, tornando-se, desta forma, objeto de representação (ARRUDA, 2009).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) está estruturada em três dimensões básicas, quais sejam: a informação, o campo de representação e a atitude. Inserem-se neste contexto os mitos e as ideologias, os quais contribuem para a orientação societal dos indivíduos (JESUÍNO, 2014).

Destaca-se, ainda, na TRS, a preocupação com o processo de divulgação científica, nas sociedades contemporâneas, pois, conforme descreve Jesuíno (2014):

Em 1976 Moscovici dá maior relevo à fronteira entre ciência e pensamento natural, designadamente através do papel desempenhado pelos “*savants-amateurs*” – personagens ainda ausentes na 1ª edição. A ciência e a tecnologia, através da

divulgação científica, passam a ocupar um lugar cada vez mais importante e intrusivo nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas, o que leva Moscovici a considerar que o fenômeno das representações sociais constitua algo de específico, não apenas enquanto processo psicossociológico, mas também enquanto fenômeno histórico. Em 1961 não se fala ainda da “era das representações sociais”, mas em 1976 os contornos da tese já se acham claramente pressentidos. Hoje, trinta e cinco anos depois, é difícil não reconhecer que, não obstante a aceleração da dinâmica social ou por via dela, as representações sociais constituem, ainda que cada vez mais voláteis, a única forma de resistência ao pensamento único (p. 61).

A relação indivíduo/sociedade presente na TRS, na qualidade de objeto de estudo, reflete o interacionismo simbólico existente entre os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais e sociedade, a partir de perspectivas sociais, culturais e históricas, para a construção do conhecimento. Portanto, a utilização da TRS no presente estudo tem a finalidade de buscar identificar, através dos conceitos nela prescritos, os estereótipos que apontam para a interdependência entre o senso comum e o conhecimento científico que refletem nas práticas e relações dos sujeitos envolvidos no mundo acadêmico e científico, a fim de revelar as páginas obscuras da história que descrevem as (sub)representações sociais das mulheres cientistas no Brasil, descritas na seção seguinte.

5. A Institucionalização Das Ciências E A Historiografia Da (Sub)Representatividade Feminina Na Academia

Apesar das políticas públicas e sociais da era Vargas, a qual incentivou o ingresso das mulheres às salas de aula, possibilitando sua ascensão profissional não doméstica, mas nos setores de bens e serviços, bem como seu ingresso profissional no mundo acadêmico e científico, observa-se, no entanto, que os novos papéis assumidos pelas mulheres na sociedade, apenas escondem o seu principal legado: o de ser mãe e esposa, dentro de uma sociedade de formação patriarcal.

A promoção da mudança do perfil educacional e profissional da população feminina não abalou as estruturas da desigualdade com relação aos homens, mas ajudou a mascarar um processo em curso na sociedade brasileira, o da dominação masculina e, especificamente, do monopólio masculino nas profissões científicas (AZEVEDO e FERREIRA, 2006; BESSE, 1999).

O caráter historicamente construído das diferenças sociais e entre os sexos, enquadrava a sociedade e a cultura brasileiras na dinâmica global, marcada pelo processo de modernização, através de uma civilidade racional e impessoal, “mantendo-se a subordinação da mulher ao poder masculino e, ao mesmo tempo, criando as condições institucionais – não ilusórias – que permitiram a alteração de seus papéis sociais, notadamente, no que concerne a sua participação na esfera pública” (AZEVEDO e FERREIRA, 2006, p. 224).

Almeida (1987) ressalta as mudanças nas formas de percepção e de organização do conhecimento sobre a realidade, no plano da vida intelectual, sob a égide do processo modernizador; e, em particular, com relação à institucionalização das Ciências Sociais; observa:

Com efeito, ela não resultou de processos de progressiva especialização disciplinar internos à vida e à instituição acadêmicas. A legitimidade das Ciências Sociais tinha suportes mais amplos e, em larga medida externos à academia. Elas eram valorizadas com o instrumento requerido pela modernização social e institucional do País. Esta última a ser produzida pela ação política deliberada e cientificamente informadas elites dirigentes. Assim, as Ciências Sociais, em particular, a Sociologia – deveriam constituir o ingrediente principal da formação de novas elites habilitadas a assumir a tarefa de construção política de uma nação moderna política de uma nação moderna. Da mesma maneira, tinham de fazer parte da formação básica dos cidadãos, cuja existência era vista como condição e substrato da nação (p. 41).

Sobre este aspecto, observa Burke (1992) que o universo dos historiadores essencialmente interessados na narrativa dos acontecimentos, se expandiu a uma velocidade vertiginosa, e estão cada vez mais inclinados a discutir a luta pelo poder na fábrica, na escola ou até mesmo na família, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas. “Entretanto, o preço de tal expansão, é uma espécie de crise de identidade” (p. 8). Para Foucault (2006):

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política [...]; é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas") (pp. 12-13).

No Brasil, o reconhecimento da presença feminina na institucionalização das ciências também está inserido dentro deste contexto. No entanto, a sua invisibilidade, ou seu anonimato, caracterizou-se devido à escassez de estudos históricos, contribuindo, dessa forma, para a percepção social da ausência das mulheres na Academia. No entanto, a década

de 1940, após a segunda guerra mundial, é considerada o período de participação de incontáveis anônimas nos laboratórios de pesquisa no país, deslocando o olhar de casos particulares para um fenômeno coletivo, o qual propiciou mudanças institucionais consideráveis, pois permitiu uma visão menos homogeneizadora e “mais inclinada a permitir a emergência de conflitos e diferenças que marcam as relações e os processos sociais” (FERREIRA et al., 2008, p. 45). Argumenta Burke (1992) que:

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política [...]. A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado; em outras palavras, era mais nacional e internacional, do que regional [...]. Embora outros tipos de história - a história da arte, por exemplo, ou a história da ciência - não fossem totalmente excluídos pelo paradigma tradicional, eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos aos interesses dos “verdadeiros” historiadores (p. 11).

Observa o autor que nos anos de 1950 e 1960 evidenciava-se a história quantitativa, caracterizada pelas evidências estatísticas fidedignas tais como dados populacionais, dados eleitorais entre outros. Mas, será que estes dados revelam a realidade da nova história, em particular, da representatividade feminina na Academia?

Certamente, o mundo é visto através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, sob uma flexibilidade cultural variável, não refletindo a realidade mas o relativismo cultural aplicado à própria escrita da história, bem como a seus chamados objetos (BURKE, 1992).

A realidade histórica das mulheres ecoou na década de 1970 tornando possível o movimento das mulheres, proporcionando uma experiência feminina compartilhada, enfatizando a autonomia de individualidade e, em consequência, sua emancipação, indo de encontro à coleção de pessoas biologicamente similares. A história das mulheres confirmou, assim, a realidade da categoria “mulheres”, sua existência anterior ao movimento contemporâneo, suas necessidades (SCOTT, 1992).

No universo da ciência, a representação das mulheres tem mudado substancialmente nos últimos 40 anos. No entanto, como explicam Ferreira et al. (2008), estudos com diferentes perspectivas analíticas, apesar de registrar a presença de mulheres na ciência, evidenciam a menor produtividade das mulheres, nos mais variados campos científicos.

Segundo dados da editora de publicações científicas Elsevier (2017), apesar das mulheres representarem 49% da produção científica brasileira –cenário de equidade apenas visto em Portugal, as mulheres têm carreiras mais tardias e passam por dificuldades para alcançar postos mais avançados nos laboratórios, pois conciliar a maternidade com a carreira acadêmica é um dos maiores desafios que as mulheres enfrentam ao escolher o caminho da ciência. Embora o número de bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) seja praticamente o mesmo para homens e mulheres, na categoria de produtividade em pesquisa a representatividade feminina era de apenas 35,5% em 2015 (MONNERAT, 2017).

FERREIRA et al. (2018) observam que há dois fatores, em particular, que atraem o interesse dos estudiosos sobre o tema: casamento e maternidade. Frequentemente, esses fatores são mais relacionados às mulheres do que aos homens. Contudo, não há consenso quanto às suas implicações sobre as carreiras das mulheres; e concluem:

a ênfase dada à maternidade configura uma explicação intrínseca e determinista sobre o *status* da mulher na ciência, cuja implicação é a de que os papéis de gênero e *status* são

governados por fatores que dificilmente podem ser alterados social e organizacionalmente (p. 46).

Da mesma forma, conferem Ferreira et al. (2008) que “o sistema meritocrático que governa a ciência distribui recompensas iguais para *performances* equivalentes, premiando desigualmente desempenhos diferentes” (p. 47), submetendo-se às regras e aos procedimentos da instituição acadêmica, pois, conforme observa Monnerat(2017):

apenas 27 mulheres haviam chegado à modalidade de Pesquisador Sênior, de um total de 112; e a parcela diminui em níveis mais altos da hierarquia científica.. A categoria é reservada ao pesquisador que se destaque entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação e permaneceu por pelo menos 15 anos nos níveis 1A ou 1B. No nível 1A, o mais alto do CNPq, em 2015 as mulheres representavam 1 em cada 4 pesquisadores (p. 1).

Este fato configura-se em um processo de decisão estritamente político, influenciado pela distribuição de poder entre grupos que possuem interesses distintos e, freqüentemente, em conflito. “Nessa perspectiva, a ciência constitui uma instituição social universal e neutra em relação a gênero” (FERREIRA et al., 2017, p. 47).

A diferença de valores investidos nas bolsas de produtividade também é evidente, pois aos homens foram reservados R\$ 110,7 milhões em 2017, 32% do total de auxílios. No entanto, para as mulheres, foram disponibilizados quase metade do valor. Apenas R\$ 57,6 milhões foram gastos em bolsas de produtividade de pesquisa, 18% da verba que o CNPq concedeu a bolsistas mulheres. Um dos entraves nesse sentido é a falta de um direito estabelecido de licença-maternidade. Somente em 2006 o CNPq aprovou uma portaria que concede 90 dias de afastamento para as bolsistas após o parto. Quatro anos mais tarde, a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Nível Superior (CAPES) permitiu a prorrogação de benefícios para pós-graduandas por até quatro meses (MONNERAT, 2017).

Como afere Monnerat (2017), os espaços também são pouco ocupados pelas mulheres, nas chamadas ciências duras. Em Engenharia e Computação, são 4,9 mil pesquisadoras do CNPq em todo o país, 36% do total neste campo. Já em Ciências Exatas e da Terra, as mulheres apenas contabilizam 34%, com 7,2 mil representantes. Em todas as outras áreas, existem mais cientistas mulheres que homens. Os destaques são as áreas de Saúde (68%), Linguística, Letras e Artes (64%) e Biológicas (61%). Este fato também justifica o menor o número de artigos científicos produzidos pelas mulheres. Segundo a Elsevier, o período de 2011-2015 viu uma produção acadêmica de apenas 25% de mulheres como autoras principais no campo da Engenharia. Em Saúde, a situação é inversa: 79% dos artigos tinham um nome feminino como primeiro autor.

Mulheres bolsistas CNPq por área de atuação

*Passe o mouse sobre as barras e veja o percentual em cada ano

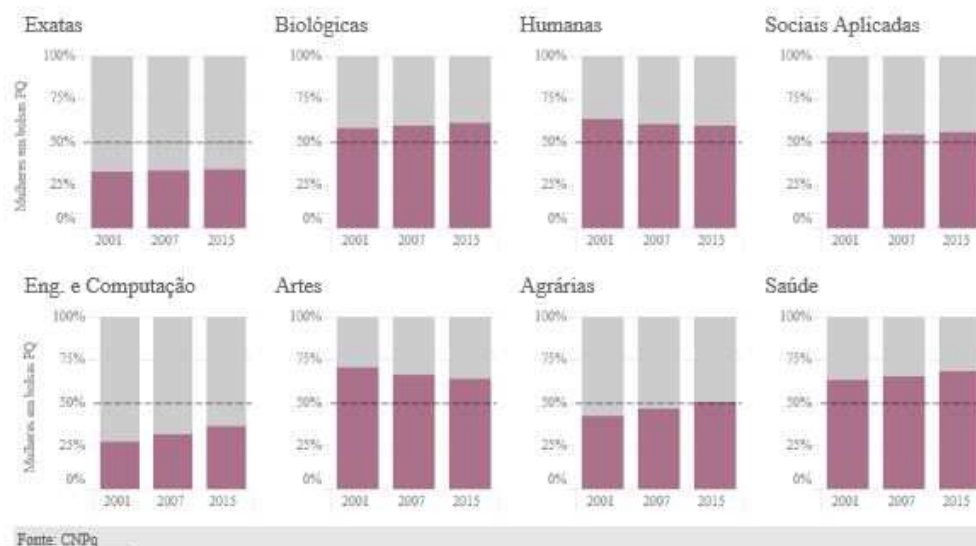


Figura 1. Mulheres Bolsistas CNPQ

Fonte: O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

No Brasil, a média de citação, calculada pelo número total dividido pela expectativa ideal de citações, é de 0.9479 em artigos publicados por homens. Em pesquisas assinadas por mulheres, o número caiu para 0.8015. Um conceito relacionado a esta estatística é o chamado “Efeito Matilda”, fenômeno inicialmente descrito pela sufragista norte-americana Matilda Gage em 1870: a invisibilização de pesquisadoras mulheres em laboratórios, que têm seu trabalho atribuído aos colegas homens (MONNERAT, 2017).

6. Conclusões

Considerando as inúmeras mudanças sociais quanto econômicas promovidas no Brasil, à época do Governo Vargas, através da proposta de modernização e centralização do Estado, o presente ensaio teve por objetivo relacionar a Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, à carreira docente, a fim de analisar os processos socioculturais que constituíram a atual representação social das mulheres no campo científico no Brasil.

A utilização da TRS na presente pesquisa deve-se ao fato do entendimento de que a consequência epistemológica da postura moscovicianiana pressupõe a impossibilidade de compreender o indivíduo sem considerá-lo como parte de uma sociedade cultural, econômica, política, enfim, historicamente situada. Devido ao fato da particularidade do lugar onde o discurso é produzido ser relevante, foi feita uma historiografia da inserção das mulheres no mundo acadêmico e científico no Brasil, na tentativa de trazer à luz e discussão as abordagens decorrentes dos discursos sob os quais as hierarquias científicas foram estruturadas.

A partir de estudos realizados sobre a produtividade das mulheres cientistas no Brasil, observou-se que há um padrão diferenciado de publicação entre homens e mulheres, que remetem diversamente, em poder e *status* acadêmico, os quais dimensionam as representações sociais das mulheres, refletindo o senso comum da naturalização das diferenças de gênero na Academia; ocultando e/ou silenciando a verdadeira construção social da realidade feminina no Brasil, prevalente na sociedade e que se configura no interior do campo científico.

Verifica-se, pois, que a participação das mulheres brasileiras na ciência está crescendo relativamente rápido em termos de resultados acadêmicos. No entanto, o atual cenário reflete a subrepresentação das mulheres em áreas do conhecimento científico e tecnológico, remetendo a um cenário global de desigualdade de gênero na Academia, seja através do sistema meritocrático de desempenho, de produtividade, de popularidade ou dos papéis de gênero representados na sociedade, moldados pela tradição autoritária do patriarcalismo.

Conhecer a realidade histórica das mulheres cientistas é perceber o senso comum como uma dentre as várias abordagens possíveis do passado. Portanto, esta pesquisa conclui que pensar a representatividade feminina na Academia, na atualidade, é rever a maneira de se fazer história, considerando os aspectos socioculturais de construção do sujeito, em especial, da mulher acadêmica, cientista, mãe e esposa, na qualidade de um fenômeno psicossocial, enfatizando o relativismo cultural intrínseco a cada indivíduo histórico, homem ou mulher.

Através da literatura pesquisada foi possível compreender que, primeiramente, é necessário que se reconheça a existência da desigualdade de gênero existente no âmbito da Ciência, para que assim a busca pela igualdade de gênero faça parte de uma discussão mais ampla, com atitudes que valorizem e deem visibilidade às pesquisas realizadas por mulheres.

Referências

- ALMEIDA, M. H. T. de. Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). BIB: Rio de Janeiro, 1987.
- ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais: Trânsito e Atravessamentos Revista Sociedade e Estado, Brasília, (24) 3, p. 739-766, 2009.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, Políticas Públicas e Sistema de Gênero no Brasil: Educação e Profissionalização Feminina entre as Décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu** (27), 213-254. Campinas, 2006.
- BESSE, S. **Modernizando a Desigualdade**: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999.
- BITENCOURT, Silvana Maria. Gênero e Ciência: relevância e contemplação da temática no cenário brasileiro. In: **Fazendo o Gênero** 8, Florianópolis, 2008.
- BOURDIEU, P. O Campo Científico. In ORTIZ, R. (org.) Pierre Bourdieu. Ática. 1983.
- BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e Possibilidades de uma Ação Educativa na Redução da Vulnerabilidade à Violência e à Homofobia. Ensaio: **aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008.
- BORGES, Maria de Lourdes. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher? **Rev. Estud. Feministas**. 2005, vol. 13, no. 3, 2005
- BURKE, P. Abertura: A Nova História, seu Passado e seu Futuro. In: BURKE, P. **A Escrita da História**: Novas Perspectivas (Org.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. **Cad. Pagu**. n.27, 2006.
- CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. Mulheres e ciência: desafios e conquistas. **INTERthesis**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 20-35, Jul./Dez. 2011
- CASTRO, R. V. de. Prefácio. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

ELSEVIER. Elsevier's Research Intelligence Portfolio of Products and Services Serves Research Institutions, Government Agencies, Funders, and Companies, 2017. Acesso em 24/01/2018. Disponível em: <https://www.elsevier.com/research-intelligence>.

FERRAND, M. A Exclusão das Mulheres da Prática das Ciências: uma Manifestação Sutil da Dominação Masculina. *Revista Estudos Feministas*, número especial França, Brasil, Québec, p. 358-367, 1994.

FERREIRA, L. O.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTES, B. Institucionalização das Ciências, Sistema de Gênero e Produção Científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, (15), 43-71. Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

JESUINO, J. C. Um Conceito Reencontrado. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014.

KULNIG, A. M. A imagem do Corpo Feminino e do Masculino na Ótica Docente do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Década de 1980. Vassouras/RJ: Dissertação de Mestrado do Curso de História Social da Universidade Severino Sombra, 2007.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma Perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MEAD, G. H. *Mind Self and Society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1934.

MONNERAT, A. Teto de vidro na Ciência: Apenas 25% na Categoria mais Alta do CNPq são Mulheres, 2017. Disponível em: <http://www.generonumero.media/2mulheres-representam-metade-da-producao-cientifica-no-brasil-mas-sao-apenas-25-em-categoria-mais-alta-do-cnpq/>. Acesso em: 24/01/2018.

MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, Son Image et Son Public*. Paris: PUF, 1961.

MOSCOVICI, S. *La Psychanalyse, Son Image et Son Public* (2ª ed.). Paris: PUF, 1976.

MOSCOVICI, S. Introduction. *Le Domaine de la Psychologie Sociale*. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, 1984.

SCHIEBINGER, L. *O Feminismo Mudou a Ciência*. Bauru: Edusc, 2001.

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, J. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade* (20), 71-99. Porto Alegre: 1995.

SCOTT, P. Família, Gênero e Poder no Brasil do século XX. *BIB*, 29-78. São Paulo: 2004.

SCHWARTZ, Juliana, et al. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras?. **Cad. Pagu**. n.27, 2006.

VALENTOVA, J. V.; OTTA, E.; SILVA, M. L.; McELLIGOTT, A. G. Underrepresentation of Women in the Senior Levels of Brazilian Science, 2017. Acesso em 24/01/2018. Disponível em: <https://peerj.com/articles/4000/>.